

A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA COMO ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO DO CONSERVADORISMO: UM ESTUDO A PARTIR DO ESTADO DA BAHIA

Gabriel Dias dos Santos Universidade Federal da Bahia (UFBA)
contato.gds@outlook.com

Graziella Souza dos Santos Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
s.grazi20@gmail.com

Willian Dalmagro Braga Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
willian.braga00@gmail.com

Introdução

O presente trabalho analisa o fenômeno da militarização da educação pública no Brasil, tratando-o como um componente estratégico de um projeto robusto de expansão do conservadorismo (Santos, 2020; Cássio, 2025). Argumenta-se que o avanço deste modelo, intensificado pelo Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM) entre 2019 e 2023, não representa uma resposta técnica neutra a problemas de gestão, mas sim uma ferramenta para consolidar uma agenda política e social específica. A crescente militarização das escolas públicas é vista como uma estratégia para garantir a disseminação e legitimação de um projeto societário conservador e neoliberal.

O objetivo central deste estudo é demonstrar como os elementos ideológicos que compõem o conservadorismo estão profundamente enraizados nas propostas das escolas cívico-militares. Para tanto, o texto inicia explorando as bases teóricas do conservadorismo e do militarismo, para então analisar a implementação desses modelos no estado da Bahia, utilizando como principal fonte documental o Guia de Gestão que orienta as unidades escolares sob influência militar no estado.

Desenvolvimento

A compreensão do conservadorismo neste estudo parte de autores como Jamerson Souza (2020), Michael Apple (2003), Roberto Moll (2010) e Marina Lacerda (2019). Entende-se que o movimento conservador não é monolítico ou coeso, manifestando-se

como uma "aliança conservadora" que reúne neoliberais, neoconservadores, grupos religiosos fundamentalistas e frações da classe média gerencial (Apple, 2003). Essa coalizão orbita em torno de interesses de mercado e da defesa de valores tradicionais, familiares e religiosos.

No contexto brasileiro, o conservadorismo é moldado por marcas sócio-históricas singulares, como o passado escravista, o racismo estrutural e heranças coloniais e autoritárias. Diferente do modelo europeu ou estadunidense, o "conservadorismo à brasileira" foca na manutenção e ampliação das condições de domínio das classes privilegiadas sobre os trabalhadores, em vez de buscar a restauração de um passado idílico de estabilidade. É nesse terreno que o militarismo emerge como uma alternativa plausível para setores que buscam restaurar uma suposta ordem social ameaçada. As forças armadas são frequentemente exaltadas como guardiãs da nação, investidas de uma aura moralizante que conecta autoritarismo e controle social.

A Bahia destaca-se como um dos estados com maior índice de militarização escolar no Brasil, contando com cerca de 127 escolas com atuação de militares. O estado ocupa o terceiro lugar nacional nesse ranking, atrás apenas do Paraná e de Goiás (Cássio, 2025). O processo baiano iniciou-se de forma significativa em 2003, durante o governo Paulo Souto, e expandiu-se através de dois modelos principais: os Colégios da Polícia Militar (CPM) e as Unidades de Ensino Municipal Compartilhado (UEMC), estas últimas regidas por Termos de Acordo de Cooperação Técnica (TACT) entre prefeituras e a Polícia Militar da Bahia (PMBA).

Enquanto os CPMs têm como objetivo preparar alunos tanto para carreiras militares quanto civis, as UEMCs focam no "desenvolvimento integral" através da disciplina rígida, visando mudanças de comportamento dos discentes. Nestas unidades, a gestão é dividida: a direção civil responde pela parte pedagógica, enquanto a direção militar assume a responsabilidade disciplinar. A justificativa comum para a adoção deste modelo é o combate à violência e à "indisciplina", transformando a escola em um espaço de vigilância e padronização.

A análise temática do "Guia de Gestão do Modelo CPM Gestão Compartilhada" (PMBA, 2022), abordagem analítica que orienta este trabalho, que opera de modo a identificar temas/categorias emergentes dos documentos examinados, revelou que os temas centrais desse projeto são a disciplina e o patriotismo/civismo. O termo "disciplina"

é amplamente mobilizado para legitimar uma relação hierárquica e autoritária, visando controlar a diversidade e o multiculturalismo presentes no espaço escolar. No prisma conservador, a disciplina impõe padrões de higiene, postura e "marcialidade", exigindo sobriedade na apresentação individual dos alunos, como podemos ver nas passagens a seguir

[Sobre a forma de apresentação dos e das estudantes]

“A apresentação individual é um dos pontos considerados de grande importância dentro do MODELO CPM, em virtude dos aspectos educacionais desenvolvidos nos alunos, como higiene, boa aparência, sociabilidade, postura e marcialidade, sendo recomendadas, a padronização, a discricção e a sobriedade na apresentação individual.” (Polícia Militar da Bahia, 2022, p. 70)

[Sobre o funcionamento quando da existência de Grêmios Estudantis na escola]

“Todas as atividades do Grêmios Estudantis serão supervisionadas por um servidor da gestão pedagógica e um da gestão disciplinar, designado pelos seus respectivos diretores, para tal mister.” (Polícia Militar da Bahia, 2022, p. 76)

O patriotismo e o civismo são redefinidos sob uma lógica militarizada. Afastando-se de noções de cidadania democrática e compromisso coletivo, esses conceitos passam a focar na imposição de ritos e na celebração de símbolos nacionais para inculcar uma obediência irrestrita. Práticas como a "Ordem Unida" são justificadas como instrumentos para a construção de uniformidade e coesão, visando o acatamento voluntário a ordens:

A Ordem Unida é a aptidão individual e consciente, altamente motivadora para o discente da UEMC, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, disciplina, sincronismo, coesão e garbo. A ordem unida deve ser considerada por todos os envolvidos no processo - comandante e executante -

como um efetivo esforço para a demonstração da própria disciplina, isto é, a situação de pronto acatamento às ordens que se estabelecem voluntariamente entre os discentes, em vista da necessidade de eficiência. (Polícia Militar da Bahia, 2022, p. 49)

O guia de gestão chega a incluir explicitamente os "costumes e tradições da Polícia Militar da Bahia" como princípios que devem orientar as unidades escolares. Os excertos aqui destacados são bastante ilustrativos da presença de princípios centrais ao conservadorismo como estruturantes da proposta em questão.

Ademais, o estudo ressalta que a militarização incide prioritariamente sobre comunidades marginalizadas e racializadas. No Brasil, as escolas situadas em territórios de vulnerabilidade social são majoritariamente compostas por jovens pretos e pardos. A aplicação de uma racionalidade militar de controle sobre esses corpos é interpretada como uma reafirmação do "pacto da branquitude" (Bento, 2022), que utiliza a repressão para preservar privilégios e manter hierarquias sociais seculares.

Conclusões

A militarização da educação pública no Brasil, especialmente observada no modelo baiano, é um projeto estratégico da aliança conservadora. Ela opera como um mecanismo de controle social que subordina a educação a uma racionalidade disciplinar e autoritária. A análise do Guia de Gestão evidencia que temas como disciplina e civismo são esvaziados de seus sentidos democráticos e preenchidos com valores de obediência, vigilância e padronização.

Este modelo compromete princípios constitucionais da educação, como o pluralismo de ideias e a autonomia pedagógica, ao privilegiar a manutenção da ordem em detrimento da formação crítica. A militarização não resolve as mazelas sociais, mas as silencia através da imposição de ritos militares no cotidiano civil, reforçando dinâmicas de exclusão e controle que historicamente marcam a sociedade brasileira.

Referências

APPLE, Michael. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade.** Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CÁSSIO, Fernando. A militarização aprofunda desigualdades escolares no Brasil. In: LOPES, Bárbara; MATIAS, Marcelle (org.). **Educar com liberdade, não com medo: argumentos contra a militarização da educação.** São Paulo: Ação Educativa, 2025. p. 17-26.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro.** Porto Alegre: Zouk, 2019.

MOLL, Roberto. **Reaganetion: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988).** 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (PMBA). **Guia de gestão do Modelo CPM (MCPM).** Salvador: PMBA, 2022.

SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015348, p. 1-19, 2020.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López; VITELLI, Marina. The rise of the new far right in Latin America: Crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. In: PINHEIRO-MACHADO, R; VARGAS-MAIA, **The Rise of the Radical Right in the Global South.** Routledge, 2023. p. 112-124.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo.** Recife: Ed. UFPE, 2020.